



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PARECER DA COMISSÃO

PARECER Nº /2024

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 062/2024
QUE RECONHECE A RELEVÂNCIA DO
EXERCÍCIO PROFISSIONAL, REMUNERADO
OU VOLUNTÁRIO, DE CONCILIADOR E
MEDIADOR JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL,
E A ATUAÇÃO NA QUALIDADE DE ÁRBITRO
NOS TERMOS DA LEI DE ARBITRAGEM, NO
ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS.**

I - Relatório:

Foi encaminhado para análise e parecer destas Comissões, nos termos do Regimento Interno deste Legislativo Municipal, a presente proposição.

O Projeto de Lei nº 062/2024 veio devidamente acompanhado de sua justificativa, juntamente com parecer prévio da procuradoria especializada desta casa.

II – Voto do Relator:

O Projeto de Lei em pauta foi encaminhado a este Relator para análise e parecer.

O atual Projeto de Lei foi devidamente protocolado junto à Diretoria Legislativa da Câmara de Parauapebas, seguindo todos os procedimentos regimentais necessários. Logo, o documento foi incorporado de forma eletrônica ao sistema oficial desta casa, conhecido como SAPL.

Além disso, o Projeto foi encaminhado à Procuradoria Legislativa para análise e parecer jurídico para verificação dos aspectos legais e regimentais necessários à sua aprovação.

Pois bem, este Projeto de Lei visa dispor sobre o direito reconhece a relevância do exercício profissional, remunerado ou voluntário, de conciliador e mediador judicial ou extrajudicial, e a atuação na qualidade de árbitro nos termos da lei de arbitragem, Projeto de Lei da Vereador Anderson Moratório.

Na justificativa do Projeto, o nobre Vereador esclarece que o Projeto de Lei visa reconhecer a relevância do exercício profissional, remunerado ou voluntário, de Conciliador



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

e Mediador Judicial ou Extrajudicial, bem como a atuação na qualidade de árbitro nos termos da lei de arbitragem, no âmbito do Município de Parauapebas.

Após análise dos aspectos jurídicos deste Projeto, a procuradoria especializada de assessoramento jurídico legislativo opinou pela legalidade do Projeto de Lei, sugerindo o prosseguimento do rito legislativo.

Quanto à redação do Projeto de Lei em discussão, entendo que não há erro gramatical e que o texto respeita os padrões técnicos exigidos pela Casa.

Portanto, ante todo o exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 062/2024.

É o parecer do relator.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 2024.

Relator(a)



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

III - CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, ante o exposto, opina pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 062/2024.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 2024.



Elias Ferreira de Almeida Filho
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Luis Castilho
Membro da CCJR



Elvis da Silva (Ze do Bode)
Membro da CCJR